

AS LETRAS LUSÓFONAS E A INSCRIÇÃO NO TEMPO: RESISTÊNCIA E RESPOSTA À FRAGILIDADE DO PROJETO HUMANO

*Miriam Denise Kelm**

*A*s relações do homem e da escrita com a dimensão temporal são, aqui, evidenciadas por um percurso que se inicia pela preocupação com a transcendência espiritual, registrada em poemas e cânticos na Antigüidade, passa pela sondagem e auto-revelação do eu na literatura confessional dos séculos XVII e XVIII, e chega à noção contemporânea de ser inserido no espaço/tempo histórico: aquele que participa, que registra e “ficcionaliza” o vivido. A produção literária lusófona recente é exemplar na última acepção, sendo foco da presente análise.

* Doutoranda em Teoria da Literatura pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS.

*Dá-me a conhecer, Senhor, o meu fim
e qual a soma dos meus dias,
para que eu reconheça
a minha fragilidade.
Deste aos meus dias
o comprimento de alguns palmos;
à tua presença, o prazo da minha vida
é nada.*

(Salmo de Davi, n. 39, vs. 4-5:
A vaidade da vida)

Entre os antigos hebreus, o rei Salomão clama por *sabedoria* para que saiba viver em plenitude. Davi inquieta-se e formula, liricamente, o pedido, em tempo algum satisfeito, mas registrado em definitivo. Nos primórdios da Igreja Cristã, Santo Agostinho elege seu íntimo como tema de uma incursão espiritual, pela qual, através das palavras, tentará esboçar o que há de grandioso na criatura que, pela graça, foi feita à imagem e semelhança do Criador. Nas *Confissões*, interrogando-se sobre qual seria o ganho em revelar-se, também perante os homens, responde: “é ver, não o que fui, mas o que sou”.¹ Para tanto, auscultará o “palácio da memória”, pois “É lá que me encontro a mim mesmo, e recordo as ações que fiz, o seu tempo, lugar, e até os sentimentos que me dominavam ao praticá-las”. Mas, admirado com sua amplitude e com o que lá encontra de insondável, constata: “Não chego, porém, a apreender todo o meu ser”.² No século XVIII, Jean-Jacques Rousseau, seguro e tocado por um certo triunfo do indivíduo perante si mesmo, em suas *Confissões* declara sem hesitar: “Que a trombeta do juízo final soe quando ela bem entender, eu virei, com este livro na mão, apresentar-me diante do juiz supremo. Direi resolutamente: eis o que fiz, o que pensei, o que fui”.³ Poemas intimistas, auto-retratos ou autobiografias ensaísticas foram os gêneros discursivos que melhor expressaram os anseios da alma, ou do intelecto, sobre a dimensão do eu em meio à temporalidade.

Nos dois séculos seguintes, a preocupação com a transcendência espiritual vai cedendo lugar à noção de que a cada ser cabe um tempo histórico, factual, e que a apreensão de si em meio à coletividade será não só um desafio (ignorado por muitos), mas um exercício árduo para quem

¹ AGOSTINHO, Santo. *Confissões*. Trad. J. Oliveira Santos e A. Ambrósio de Pina. São Paulo: Abril Cultural, 1988, p. 197.

² Idem, *ibidem*, p. 201.

³ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *As confissões de Jean-Jacques Rousseau*. Pref. e trad. Wilson Lousada. São Paulo: Ediouro, 1991, Livro I, p. 13.

quiser “atravessar o seu tempo” com um mínimo de clareza, mediante a realidade abissalmente complexa. De certa forma, agudiza-se a idéia de que também os acontecimentos, não só o homem, vão sendo suplantados pelo olvido. Manifesta-se, então, o que Georg Lukács chama de “historicismo na literatura”, significativo componente intelectual e estético que já demandara novelas e dramas históricos no século XIX (a exemplo de Victor Hugo e Pushkin),⁴ e que, sobretudo depois da 1ª Grande Guerra, recrudescerá sob formas diversas, entre elas a dos escritos histórico-biográficos.⁵ Sobressaem os textos memorialísticos, testemunhais, num século em que fatos atrozos e a consciência da sua absurdidade exigem a inscrição do valor humano, atestando-os.

As quatro últimas décadas do século XX chamam a atenção por três fatores de ordem histórico-discursiva: discute-se o estatuto do texto historiográfico, reconhecendo-se sua filiação narrativa, cuja função é integrar o fato numa “rede de acontecimentos” em relação aos quais adquire significados, problematizando o objeto, não só ordenando-o temporalmente⁶; alteram-se os liames entre história e ficção, entrecruzando-se no discurso literário; e, ainda, o fim do colonialismo, os êxodos e migrações étnicas, os enfrentamentos interculturais, enfim, recolocam antigos e delicados temas: o da (re)adaptação do indivíduo e dos contingentes humanos, o da identidade pessoal e coletiva, e também o da falibilidade dos projetos em meio às grandes movimentações geopolíticas e sociais.

Os países que têm em comum a língua portuguesa oferecem possibilidades sem conta para a avaliação de como as três instâncias citadas anteriormente atuam no discurso literário. É certo que a resistência portuguesa em desfazer-se de seu *status* imperial e de admitir o seu próprio esgotamento, especialmente na África, trouxe enfrentamento militar destrutivo para ambos os lados, sempre acompanhado de discursos ambíguos, onde os conflitos e contradições sobressaíam. Também é certo que a antiga unidade territorial, a partir de uma matriz portuguesa, passou a ser trabalhada na tentativa de conversão em uma unidade lingüística, reconhecida nos três continentes, tendo como base a memória histórica. Nesse sentido, literatura e autores lusófonos são os que melhor constroem esse diálogo, no dizer de Eduardo Lourenço:

O único sujeito da língua portuguesa, desta língua que
nós vivemos como **pátria**, ou a alma dela, são as gen-

⁴ LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Madrid: Biblioteca Era, 1965, p. 103.

⁵ Idem, *ibidem*, p. 311, 377.

⁶ FURET, François. Da história-narrativa à história-problema. In: *A oficina da história*. Lisboa: Gradiva, [s.d.], p. 82.

tes que a falaram, que a falam e que a falarão no futuro. Mas são, de uma maneira mais profunda, aqueles que a utilizam como um instrumento de vida e de luz, que exploram os seus recantos misteriosos, que extraem do seu fundo e das suas origens obscuras novas expressões, onde vertem num só movimento a sua imaginação, a sua fantasia e o seu coração⁷.

Talvez até mesmo mais que a própria historiografia, ou pelo menos de modo mais incisivo, a literatura desses autores “problematiza” de fato as circunstâncias históricas, pois o que antes era desprovido de sentido, ou possuía sentidos obliterados, passa a ser investigado a partir de uma posição do sujeito num tempo histórico (do qual tem ciência), que normalmente retoma o passado como pertencente *ainda* à ordem do vivido, e que reorganiza os dados reais, mesclando-os aos ficcionais na procura de si e de uma coletividade junto à qual se sinta, verdadeiramente, pertencer ... ou não (amarga constatação proveniente do esclarecimento). É o caso dos portugueses Helder Macedo e Lídia Jorge, do moçambicano Mia Couto, dos angolanos Uanhenga Xitu e Pepetela, e do brasileiro Paulo Lins.

Helder Macedo, de biografia singular, transitando entre culturas tão diversas (a africana, a portuguesa, a inglesa) e abrangendo um período de tempo considerável, permite-se olhar como participante involuntário de um estado de coisas – a infância em Moçambique, na qualidade de filho de portugueses influentes – e indica o processo interno pelo qual compõe suas memórias: Cap. 1 – “Em que o autor se dissocia de si próprio e desdiz o propósito do seu livro”. A “dissociação” é, mais que afastamento temporal e reflexivo, porta de entrada da imaginação com que recomporá *Partes de África*, que são também suas. Ao anunciar a “grave viagem” que empreenderá, ciente de que ninguém retoma a existência *ipsis litteris* na escrita, oferece um trecho admirável onde o homem e o ficcionista trabalharão... “atando as pontas das várias vidas reais e imaginadas com os nós verdadeiros dos laços fingidos.” A duplicidade nesse recuo incide também sobre a identidade: “Eu próprio já não sou quem eles me teriam reconhecido e aquele que depois, por várias partes e por diversos modos, me devo ter ido tornando”⁸. Paul Ricouer, ao tentar responder à questão se a memória seria uma simples província da história, esclarece que seu *status* é inseparável da reflexão sobre o duplo presente/passado, porém dependente de uma rubrica diferenciada na medida em que a oposição, ali, não é neutra, mas exprime

⁷ LOURENÇO, Eduardo. Da língua como pátria. In: *Jornal de Letras, Artes e Idéias*, Lisboa, 22 jun., 1994, p. XVI-XVII.

⁸ MACEDO, Helder. *Partes de África*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999, p. 9-11.

um sistema de valoração.⁹ Helder Macedo (adulto) assim procede, e não poupa palavras ao avaliar a ocupação portuguesa que presenciou sob o viés infantil.

Lídia Jorge, por várias vezes tendo declarado que o sentimento de presenciar, e *viver*, um momento apocalíptico para a nação que começara a empreitada imperial há séculos atrás, no livro *A costa dos murmúrios* refere a contradição detectável na linguagem como uma contradição que espelha aquela que cada ser, envolvido nos dias finais da permanência portuguesa em Moçambique, carrega em si mesmo. Ressaltando que há mais entre o que a história registra e o que se sucede, espaço que a literatura pode ocupar, a personagem Évita diz: “E assim voltávamos ao princípio, sem noção de que tudo o que era importante se resolvia à margem da constatação. De forma que a realidade foi outra...”¹⁰

Vinte e zinco, de Mia Couto, mostra as sombras e luzes que se projetam sobre portugueses e moçambicanos num curto período de 11 dias em torno do 25 de Abril. Nuances africanas na linguagem e na interpretação do mundo, visto sob a lente mítica, em meio à língua imposta que não tem como atender às necessidades de expressão, dirigida que é pelo signo da racionalidade; raças e culturas distintas ocupando um mesmo espaço – assimilando, rechaçando ou trocando hábitos, idéias e posturas. Paul Ricoeur discute a problemática da identidade pessoal e diz que ela gira à volta da busca de uma *invariante relacional*, o que lhe dá o sentido de permanência no tempo. Junta-se a ela a noção de *caráter*, que seria o conjunto de disposições duráveis com que se reconhece uma pessoa (e também uma comunidade). Ora, o regime colonial propicia um alargamento ou uma desestruturação da identidade pessoal na medida em que, às disposições pessoais, soma-se o “conjunto de *identificações adquiridas* pelas quais o **outro** entra na composição **do mesmo**”¹¹ Traumática ou prazerosa será essa experiência, assim o mostra o livro, ainda que a segunda possibilidade seja tolhida e negada pela ideologia dominante.

Diante de textos como os de Pepetela¹² e Uanhenga Xitu¹³ é preciso saber integrá-los à ordem de motivações que os geraram. Por vezes, o traço fortemente doutrinário, ou mesmo investigativo, na procura de entendimen-

⁹ RICOUER, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris: Seuil, 2000, p. 503. (Texto traduzido pela Dda. Isadora Dutra e estudado na Disciplina “Literaturas Lusófonas”, em out. 2002).

¹⁰ JORGE, Lídia. *A costa dos murmúrios*. 9. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 179-181.

¹¹ RICOUER, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy M. Cesar. Campinas: Papirus, 1991, p. 142-147.

¹² Referimo-nos, nesse trecho, à obra Mayombe. (PEPETELA. *Mayombe*. São Paulo: Ática. 1982. Col. de autores africanos, n. 14.)

¹³ Referimo-nos a duas obras diversas: XITU, Uanhenga. *Os sobreviventes da máquina colonial depõem...* Lisboa: Edições 70, 1980, e “*Mestre*” Tamoda e Kahitu. São Paulo: Ática, 1984. Col. autores africanos, n. 22 .

to domina narrativas em que a luta armada e os novos rumos, a partir da independência, estão sendo gestados. Por vezes, ultrapassa-se o contingente e flagra-se o genuíno, o popular, o cotidiano de um povo com que os autores comungam, constituindo-se, o texto, na memória viva da cultura negra. O caráter funcional dessa literatura é inegável num primeiro momento em que a circunstância o exigia: “Conseguiu-se dizer ao regime colonial aquilo que de outra forma não se podia. Eis a razão por que as entidades do regime fascista português temiam as escritas. Para elas qualquer poema ou conto era um insulto.”¹⁴ Já a mescla do português com as línguas africanas, a ironia que recai sobre as relações interculturais e raciais, a originalidade que reveste as histórias e as personagens indiciam a literatura feita a **partir de dentro**, composta de um tanto de biografia, de registro da temporalidade que se vai vivendo, da utilização de recursos ficcionais e da busca de uma expressão toda própria.

Paulo Lins, no final da década de 90, dá à favela brasileira e aos seus ocupantes uma história. Retrocede no tempo e vai sinalizando as transformações pelas quais o país passa, e que incidem sobre os agrupamentos humanos na periferia dos grandes centros urbanos. Também ele se vale da experiência pessoal. Assim como Michel de Certeau reclama a necessidade de se pensar o *lugar social* a partir do qual o sujeito de produção do texto historiográfico fala¹⁵, também nas letras “el lugar desde donde se habla” não pode ser ignorado.¹⁶ A memória é exercida a partir de uma posição e de um posicionamento do sujeito enunciatador em relação ao poder, à autoridade e aos mecanismos que organizam a vida socioinstitucional. O sujeito que enuncia *Cidade de Deus* dá voz e um corpo concreto ao que se acreditava isolável e insular, cercado de noções vagas, preconceituosas ou generalizantes. As memórias autorais (a experiência depurada pela passagem do tempo, pela informação e pelo trânsito em outras classes sociais), a reconstrução histórico-social recente do país, a dimensão ficcional, a língua viva, manifesta, e o substrato último: a contemporânea aleatoriedade da vida e da morte compõem esses escritos.

Textos literários continuam se esforçando em **iluminar**, em responder quantos são os dias, como vivê-los, como foram vividos, como resguardá-los do esquecimento, de que e de quantos somos compostos, como sou *eu*

¹⁴ XITU, Uanhenga. *Os sobreviventes da máquina colonial depõem...* Lisboa: Edições 70, 1980, (Entrevista com o autor), p. 161.

¹⁵ CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

¹⁶ Vide a conferência de Hugo Achugar, no Seminário Internacional de História da Literatura, na PUCRS, em 1999, publicada nos Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, Porto Alegre, v. 6, n. 1, ag. 2000, intitulada “La escritura de la historia o a propósito de las fundaciones de la nación”.

como é o *outro*, como nos fundimos, como ocupamos os espaços e lutamos por eles, como morremos, - tudo - pela palavra.

A História demora por fazer-se. As testemunhas oculares vão se apagando a pouco e pouco, não aguentando o peso da idade e os efeitos dos sacrifícios pelo que passaram.¹⁷

Se ninguém mais voltar a mostrar-me uma narrativa sobre esse tempo, se nunca mais evocar esta lembrança à luz duma lâmpada ocasional como a sua, o *Stella* inteiro, iluminado à beira do Índico, que foi de vidro, areia e cal, acabará aqui. O seu pequeno fulgor, que eu penso existir ainda dentro da cabeça de cem, duzentas pessoas vivas, brilhando com a intensidade com que nesta hora brilha na minha cabeça, acendido pela sua lâmpada (...) acabará à medida que as pessoas se forem deitando nas marquesas e os médicos forem dizendo, com seus terríveis assentos de morte, condenado. E assim o *Stella* (...) será enterrado pouco a pouco, aos pedaços, à medida que a geração que o viu suspire e acabe. Mas hoje, pela força dessa evocação verdadeira, ainda brilha...¹⁸

¹⁷ XITU, Uanhenga. Op. cit., nota n. 14, p. 2.

¹⁸ JORGE, Lídia. Op. cit., nota n. 10, p. 209.